Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 12/UP/2008 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

23 de Abril de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

9712009

Despacho n.º 11036/2009

Declaração de utilidade pública

A Agência de Desenvolvimento Integrado Lordelo do Ouro, pessoa colectiva n.º 503494631, com sede na freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, é uma associação de âmbito local, criada em 1995, e tem por objecto social contribuir para o desenvolvimento da freguesia de Lordelo do Ouro, dinamizando e apoiando iniciativas individuais e ou colectivas que visem a promoção económica e social da população de Lordelo e a rentabilização e o aproveitamento das estruturas locais existentes, a promoção de cursos de formação profissional e a prestação de serviços de apoio e assistência à população mais desfavorecida.

A associação tem uma natureza interinstitucional, trabalhando em parceria, tanto com entidades nacionais, como com entidades internacionais. Tem vindo a conjugar esforços com a Associação Nacional das Empresárias, o Agrupamento Vertical de Escolas de Miragaia, as Escolas Dr. Leonardo de Coimbra, a Câmara Municipal do Porto e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Ocidental. Tem vindo a desenvolver uma actividade relevante para o meio no qual se insere.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 109/06 B 02.07 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

23 de Abril de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

9722009

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 11037/2009

Considerando o disposto na alínea *e*) do n.º 5.º do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, e na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, determino que o conselheiro de embaixada — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Mário Pedro de Sousa Cameira Abreu de Almeida, a exercer o cargo de chefe de divisão dos Assuntos Económicos Bilaterais Europa e América da Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, seja exonerado das referidas funções.

25 de Abril de 2009. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.*

201723878

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 11038/2009

I — Através do aviso n.º 25771/2008 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Outubro, e publicitado no jornal *Correio da Manhã,* de 28 de Outubro de 2008, e divulgado na bolsa de emprego público em 29 de Outubro de 2008, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços de contabilidade da 4.ª Delegação, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.os 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.os 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de director de serviços de contabilidade da 4.ª Delegação, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, a licenciada em Economia, Maria Edite Rocha Henriques com os seguintes fundamentos:

1 — Detém experiência na área da contabilidade patrimonial, do POCP, na preparação do Orçamento do Estado e na sua execução tanto dos serviços integrados quanto nos serviços e fundos autónomos, na análise de projectos de diplomas legais que envolvam matéria orçamental e na análise de pedidos de libertação de créditos.

2 — Detém conhecimentos no domínio dos sistemas de informação de apoio à gestão orçamental, no fecho da conta por ministério e capacidade de relacionamento com entidades externas.

3 — Demonstra possuir capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas, para efectuar e promover trabalho em equipa, espírito de iniciativa orientado para os resultados, motivação para o exercício do cargo e sentido crítico.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2009, produz efeitos a 1 de Maio de 2009.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

21 de Abril de 2009. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento.*

Nota curricular

1 — Dados pessoais

Nome — Maria Edite Rocha Henriques
Data de Nascimento — 24 de Fevereiro de 1957

2 — Habilitações literárias

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, na área de Planeamento Macroeconómico/Economia Matemática e ainda na área Monetária e Financeira/Internacional.

3 — Experiência profissional

De Março de 2004 até à presente data — Directora de Orçamento da Segurança Social no Orçamento do Departamento de Orçamento e Conta do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social à qual estão acometidas as atribuições constantes do n.º 5 do artigo 5.º da Portaria n.º 639/2007, de 30 de Maio, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

De Junho de 2003 a Fevereiro de 2004 — Directora da 13.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, Ministério das Finanças.

De Junho de 2002 a Maio de 2003 — Assessora no Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social, nomeada pelo despacho n.º 15 478/2002, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 155, de 8 de Julho, Ministério das Finanças.

De Março a Junho de 2002 — Chefe de Divisão na 10.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, do Ministério das Finanças.

De Setembro de 2000 a Março de 2002 — Técnica superior da Direcção-Geral do Orçamento, colocada na 10.ª Delegação, do Ministério das Finanças.

Agosto de 1993 a Agosto de 2000 — Técnica Superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (DGIES), colocada no Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério da Saúde.

Membro de Comissões de Apreciação de Propostas dos Concursos Públicos Internacionais de Concepção/Construção e ou remodelação das empreitadas de Hospitais Distritais e Centrais, nas áreas de análise económico-financeira das empresas concorrentes, análise do preço das propostas, análise do plano de trabalhos e viabilidade do cumprimento dos prazos.

Colaboração no planeamento das actividades da DGIES e seu acompanhamento, nomeadamente através da elaboração e reformulação do PIDDAC.

Responsável pela concepção, organização e implementação de uma unidade de Formação Profissional, na DGIES; elaboração de candidaturas e acompanhamento de projectos cofinanciados pelo FSE e pelo FEDER no âmbito do II QCA através do PROFAP, SMA e IOSAÚDE.

De Outubro 1991 a Outubro de 1994 — Docente da cadeira semestral de *Economia Internacional* e da cadeira anual de *Economia Mundial e Comércio Externo*, no curso de Relações Internacionais da Universidade Lusíada

De Outubro 1991 a Outubro de 1994 — Docente da cadeira anual de *Economia da Empresa* no Instituto Superior de Comunicação Empresarial — ISCEM

De Outubro 1982 a Outubro de 1989 — Docente das disciplinas de Matemática e Ciências da Natureza em diversas escolas públicas e nos três graus de ensino e também de Formação Complementar em cursos para adultos. Vice-Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória da Nazaré no ano lectivo de 1985/86.

De 1984 a 1985 — Assessora do Secretário de Estado do Ensino Superior no Ministério da Educação, nas áreas de Gestão Orçamental e elaboração de cenários económicos e de pareceres no âmbito de diplomas legais.

201723278

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Despacho n.º 11039/2009

Fragatas classe M — Coordenador de programa

Considerando as competências atribuídas à Direcção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa através do Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de Maio, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto Regulamentar n.º 40/97, de 3 de Outubro, e, bem assim, as competências previstas nos artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando o teor do despacho n.º 16 652/2006, de 30 de Maio e do despacho n.º 26 857/2007, de 1 de Outubro de 2007 e as circunstâncias supervenientes que obrigam a alteração do coordenador de programa;

Nos termos de despacho do Ministro da Defesa Nacional relativo a este assunto, o director-geral de Armamento e Equipamentos de Defesa determina o seguinte:

1 — É exonerado o contra-almirante Victor Lima Borges Brandão das funções de coordenador de programa, com efeitos a partir de 09 de Fevereiro de 2009.

2 — É nomeado o contra-almirante Ilídio Cardoso Pais Loureiro em sua substituição, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 2009.

1 de Abril de 2009. — O Director-Geral, *Carlos Alberto Viegas Filipe*.

201727482

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho n.º 11040/2009

Nos termos do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de Director de Serviços da Direcção de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Defesa da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, do Ministério da Defesa Nacional, lugar criado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro, o Mestre, *Luís de Ascensão Correia Galego*, com efeitos a 17 de Abril de 2009.

O nomeado tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Direcção de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Defesa, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo profissional.

17 de Abril de 2009. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho.*

Síntese Curricular

Luís de Ascensão Correia Galego — nasceu a 23 de Maio de 1963, em Évora; Mestrado em Sociologia (área de Sociologia do Emprego), pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); Pós-Graduação em Sociologia do Emprego, pelo ISCTE; Pós-Graduação em Direito da Sociedade de Informação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual; Licenciatura em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Frequência da licenciatura em Direito, na FDUL/ Formação Especializada pelo *The European Institute of Public Administration*/ Maastricht; Formação Complementar, entre outras, nas seguintes áreas: Regime Jurídico da Função Pública, Gestão das Emoções e Comunicação Interpessoal, Gestão de Processos Organizacionais, Gestão de Projectos, Auditorias dos Recursos Humanos e da Formação, Gestão da Formação, Avaliação dos Serviços Públicos, Implementação de Sistemas de Qualidade e Satisfação na Formação; Outra formação nas áreas dos Direitos Humanos e Cidadania, Literatura Portuguesa, Arte Contemporânea, Bibliotecas e Documentação/ Assessor de Direcção da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), Ministério da Defesa Nacional (MDN); Subdirector-Geral da Formação Vocacional, Ministério da Educação (ME); Assessor Principal da carreira Técnica Superior da Função Pública: Secretaria-Geral (Unidade de Desenvolvimento Estatutário e Inovação e Direcção de Serviços de Planeamento, Organização e Formação), Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e Assessoria de Orientação e Aproximação à Vida Activa/ME; Funções de Técnico Superior e de Coordenação na Administração Pública Local/ Representante do ME: Comissão Técnica Especializada de Metalurgia e Metalomecânica; Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Comunitária *Equal*; Comissão Interministerial *Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa*; GT Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação; GT Conteúdos e Serviços do Portal do Cidadão; GT Euroformação/Eurotraining; Unidade Central de Coordenação do Observatório do Emprego e Formação Profissional; Comissão Nacional de Aprendizagem; Unidade de Gestão do Programa Operacional do Emprego e de Desenvolvimento Social/ Responsável pela execução do projecto *Estratégias de intervenção junto das entidades formadoras e empregadoras na aproximação ao mercado de trabalho*, ME, 2000-2002/ Acompanhamento técnico do sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública (SIADAP), DGPRM, MDN/ Apoio técnico à definição da política de recursos humanos DGPRM/MDN/ Júri de diversos concursos públicos no âmbito da Cultura, Educação e Defesa Nacional/Autor e co-autor de artigos publicados nas áreas do ensino e formação e sistema de emprego.

201727522

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 532/2009

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do número 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *c*) do artigo 216.º do EMFAR, os primeiros-tenentes da classe de Administração Naval 22091, Tiago Henriques Valente de Brito, 20092, Pedro Miguel Cordeiro Afonso, e 23491, Helder António Feijão Margalho (no quadro), que satisfazem as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 01 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhes conta a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do número 1 do artigo 175.º e para efeitos do número 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência de vacaturas resultantes de alteração do quadro especial, aprovado pelo Despacho do Almirante CEMA n.º 04/09, de 28JAN09, ficando colocados no 1.º escalão do novo posto.

Estes oficiais, uma vez promovidos e tal como vão ordenados, deverão ser colocados na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 21791 capitão-tenente da classe de Administração Naval Artur David Vitorino Gomes.

16 de Abril de 2009. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Fernando José Ribeiro de Melo Gomes,* almirante.

201727158

Portaria n.º 533/2009

Manda o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo da alínea *c*) do número 1 do artigo 68.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover por escolha ao posto de capitão-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *c*) do artigo 216.º do EMFAR, o *primeiro-tenente da classe de Engenheiros Navais:*

23490 Roque Emanuel Rato Firmino

(no quadro) que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas, respectivamente nos artigos 56.º e 227.º do mencionado Estatuto, a contar de 01 de Janeiro de 2008, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do número 1 do artigo 175.º e para efeitos do número 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, em consequência da vacatura ocorrida nessa data, resultante da promoção ao posto imediato do 20686 capitão-tenente da classe de Engenheiros Navais João Hernâni Andrade Santos, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Este oficial uma vez promovido, deverá ficar colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 23691 capitão-tenente